

Núcleo de Assessoramento Técnico de Orçamento – NUO

NOTA TÉCNICA	Nº 20/2017 – NUO/PDDC/MPDFT	OS nº24/2017
Destinatário	Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadãos – PDDC	
Referência	Procedimento Administrativo nº 08190.057624/17-23 - PDDC	
Objeto da OS	Ordem de serviço anual para acompanhar a execução orçamentária e financeira da saúde em 2017, no âmbito do Distrito Federal, devendo o NUO elaborar nota técnica parcial, a cada trimestre, cumulativamente, até o encerramento do exercício financeiro.	

I. APRESENTAÇÃO

Esta Nota Técnica trata de solicitação da Procuradora Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC, requerendo o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos da SAÚDE, durante o ano de 2017, no âmbito do Distrito Federal – DF.

Para o referido acompanhamento, conforme disposto na Portaria nº 25/2017 – PDDC, fl. 3, do PA nº 08190.057624/17-23, deverá ser elaborado Notas Técnicas trimestrais durante o exercício financeiro de 2017.

II. DESCRIÇÃO DO MATERIAL ENCAMINHADO

- a) Procedimento Administrativo nº 08190.057624/17-23 – PDDC.

III. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS REALIZADAS

Para instruir o presente trabalho, foram percorridas as seguintes etapas:

- a) Pesquisa nas publicações do Diário Oficial do Distrito Federal – DODF;
- b) Pesquisa no Plano Plurianual – PPA 2016-2019, Lei nº 5.602, de 30/12/2015, atualizada pelo Decreto nº 37.517/2016; na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei nº 5.695 de 03/08/2016; e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/2016.

- c) Pesquisa na Lei Orçamentária da União 2017, Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.
- d) Pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO 2017 e SIAFI 2017 – consulta pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; SICONV – Sistema de Gestão de convênios e contratos de Repasses, e
- e) Elaboração desta Nota Técnica.

IV. DESENVOLVIMENTO

A Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei Distrital nº 5.796/2016, de 29 de dezembro de 2016, a estimou a receita do Distrito Federal – DF para o exercício de 2017, no montante de R\$ 28.869.984.200,00 (vinte oito bilhões e oitocentos e sessenta e nove milhões e novecentos e oitenta e quatro mil e duzentos Reais), e fixou uma despesa em igual valor.

Além desse montante, há os recursos destinados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF¹, previstos na Lei Orçamentária da União 2017, Lei Federal nº Lei nº 13.414/2017, de 10 de janeiro de 2017, com o valor de R\$ 13.189.779.861,00 (treze bilhões e cento e oitenta e nove milhões e setecentos e setenta e nove mil e oitocentos e sessenta e um Reais), destinados a todos os programas de trabalho para manutenção da segurança pública e assistência financeira, e para a execução de serviços públicos de saúde, e de educação, conforme²:

- 009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal – R\$ 2.817.447.690,00.
- 0312 - Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal – R\$ 2.578.491.254,00.
- 00FM - Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – R\$ 3.842.574.656,00.
- 00NR - Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – R\$ 1.148.359.292,00.
- 00NS - Pessoal Inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – R\$ 1.283.831.257,00.

¹Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF foi instituído pela Lei federal nº 10.633/2002.

²Dados retirados do SIAFI disponível no site: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/>

- 00NT - Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – R\$ 290.606.628,00.
- 00Q2 - Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil – R\$ 1.011.631.288,00.
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – R\$ 216.837.796,00.

Os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal que são destinados a manutenção da segurança pública são orçados e executados pelo sistema financeiro da União – SIAFI, e aqueles destinados à assistência financeira para o serviço de saúde e de educação, em 2015 e 2016, eram acompanhados pelo sistema financeiro do Governo do Distrito Federal – SIGGO.

No entanto, o Tribunal de Contas da União – TCU determinou, em decisão normativa - TCU nº151, de 4/05/2016 – anexo 1, que, a partir do exercício financeiro de 2017, todos os recursos federais destinados a manutenção da saúde e da educação deverão ser totalmente acompanhados (orçados e executados) por meio do sistema orçamentário e financeiro da União: SIAFI, tal medida objetiva melhorar a transparência na aplicação destes recursos.

Ressalta-se que o Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF – possui uma importante atribuição no processo de elaboração, acompanhamento e execução do orçamento do Governo do Distrito Federal, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei nº 4.606, de 15/07/2011, nos incisos II, IV, VII e VIII, do art. 16:

Art. 16. Compete ao Conselho de Saúde do Distrito Federal:

- II – aprovar as diretrizes gerais da Política de Saúde do Distrito Federal e acompanhar a sua execução;
- IV – deliberar sobre os programas e projetos de saúde a serem encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- VII – acompanhar a execução financeira e a destinação dos recursos do Fundo de Saúde do Distrito Federal;
- VIII – fiscalizar e controlar a execução orçamentária e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo os do Fundo de Saúde do Distrito Federal, os transferidos e próprios do Distrito Federal e da União;

IV.I ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA SAÚDE

Face o exposto, a análise do orçamento da Saúde do Distrito Federal será desmembrado em:

a) análise dos recursos orçamentários do Fundo Constitucional do Distrito Federal que constam na Lei Orçamentária Federal 2017 e são executados pelo sistema SIAFI.

A Lei Orçamentária Anual Federal 2017 prevê para a unidade orçamentária – 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal o programa de trabalho: Assistência Financeira para Realização de Serviço Público de Saúde do Distrito Federal com a seguinte dotação orçamentária: (dados extraídos do sistema SIAFI³)

Tabela 01: Previsão da LOA Federal para o Fundo Constitucional do Distrito Federal em 2017

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Dotação Inicial (Lei)	
Pessoal	2.590.875.329,00
Outras Despesas correntes	226.572.361,00
Total	2.817.447.690,00

Fonte: SIAFI 2017

Tabela 02: Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira dos Recursos da Saúde do 1º trimestre de 2017

Ano	Órgão Orçamentário	Ação	Grupo de Despesa	LOA	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total				2.817.447.690,00	2.817.447.690,00	2.817.447.690,00	1.028.139.610,03	1.028.139.610,03	1.028.139.610,03
2017	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.590.875.329,00	2.590.875.329,00	2.590.875.329,00	1.006.381.070,63	1.006.381.070,63	1.006.381.070,63
2017	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	3 - Outras Despesas Correntes	226.572.361,00	226.572.361,00	226.572.361,00	21.758.539,40	21.758.539,40	21.758.539,40

Fonte: SIAFI 2017, consulta realizada pela base de dados do SIOP em 05/04/2017.

Observa-se que a despesa com pessoal representa 91% dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para o primeiro trimestre de 2017.

³SIAFI: disponível no site: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/>

Segue a análise da evolução dos recursos do Fundo Constitucional entre 2010 a 2017, pela execução do SIAFI:

Tabela 03: Demonstrativo da Evolução Financeira dos Recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal por Ano

em R\$ 0,00							
Ano	Órgão Orçamentário	Ação	Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Pago (A)	RAP Pago (B)	Pagamento Efetivo (C) = (A) + (B)
Total					13.876.854.409	100.000.001	13.976.854.410
2010	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	[valor não detalhado]	1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.986.286.103	100.000.001	2.086.286.104
2011	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	[valor não detalhado]	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.286.477.040	0	2.286.477.040
2012	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	[valor não detalhado]	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.695.222.111	0	2.695.222.111
2013	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0000 - Valor não detalh	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.888.680.640	0	2.888.680.640
2014	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0000 - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.261.080.645	0	3.261.080.645
2017	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0000 - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	1 - Pessoal e Encargos Sociais	737.349.331	0	737.349.331
2017	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0000 - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	3 - Outras Despesas Correntes	21.758.539	0	21.758.539

Fonte: SIAFI 2017, consulta realizada pela base de dados do SIOF em 04/04/2017.

Ressalta-se que o ano de 2015 e 2016 esta despesa foi executada no sistema financeiro do governo do Distrito Federal – SIGGO.

b) Análise dos demais recursos orçamentários da saúde que constam na Lei Orçamentária Distrital 2017 e são executados pelo sistema SIGGO:

Para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF, no exercício de 2017, constam os seguintes valores: anexo 2

Tabela 04: Previsão da LOA distrital para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal em 2017

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Dotação Inicial (Lei)	
Pessoal	895.852.685,00
Outras Despesas correntes	2.195.860.709,00
Investimento	90.778.653,00
Inversão Financeira	370.255,00
Total	3.182.862.302,00

Fonte: SIGGO 2017, acesso em 17/04/17.

Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC

Tabela 05 - Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria de Saúde do Distrito Federal no 1º trimestre de 2017

Grupo de Natureza da Despesa	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Autorizada		Empenhado		Liquidado		Pago	
	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal	895.852.685,00	895.852.685,00	27,56%	515.973.010,04	55,84%	452.688.297,04	74,04%	319.982.558,73	68,51%
Outras Despesas Correntes	2.195.860.709,00	2.196.367.733,98	67,58%	366.946.952,58	39,71%	137.030.477,47	22,41%	125.346.722,95	26,84%
Investimentos	90.778.653,00	157.443.495,12	4,84%	41.177.184,87	4,46%	21.731.025,47	3,55%	21.730.287,69	4,65%
Inversões Financeiras	370.255,00	370.255,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral	3.182.862.302,00	3.250.034.169,10	100%	924.097.147,49	100%	611.449.799,98	100%	467.059.569,37	100%

Fonte: SIAC/SIGGO 2017, acesso em 17/04/2017

O grupo de despesa “outras despesas correntes” representa 68% do orçamento da Secretaria de Saúde para o exercício de 2017, estas despesas correspondem a ações, tais como: aquisição de medicamentos, manutenção de máquinas e equipamentos, atendimento de urgência pré hospitalar, entre outros. No anexo 3 desta nota técnica consta todas as ações com os valores empenhados por grupo de natureza de despesa.

c) Orçamento Consolidado (recursos do Fundo Constitucional e do orçamento Distrital) para a Saúde do Governo do Distrito Federal – 1º trimestre de 2017:

Tabela 06: Consolidado da Execução Orçamentária e Financeira dos Recursos da Saúde do 1º trimestre de 2017 (Fundo Constitucional do Distrito Federal somado aos recursos da LOA Distrital)

em R\$

Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos Sociais	3.486.728.014,00	3.486.728.014,00	1.522.354.080,67	1.459.069.367,67	1.326.363.629,36
Outras Despesas Correntes	2.422.433.070,00	2.422.940.094,98	388.705.491,98	158.789.016,87	147.105.262,35
Investimentos	90.778.653,00	157.443.495,12	41.177.184,87	21.731.025,47	21.730.287,69
Total	5.999.939.737,00	6.067.111.604,10	1.952.236.757,52	1.639.589.410,01	1.495.199.179,40

Fonte: SIAFI 2017 e SIGGO 2017

Conforme os dados acima, verifica-se que a maior parte das despesas com pessoal é custeada com recursos do Fundo Constitucional, e que as despesas correntes são custeadas, em maior parcela, com recursos do tesouro distrital.

d) A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, como órgão orçamentário, possui as seguintes unidades orçamentárias:

1. Fundo de Saúde do Distrito Federal;
2. Fundação Hemocentro de Brasília;
3. Fundação de Ensino e Pesquisa em Saúde – Fepecs.

Segue o demonstrativo orçamentário e financeiro das unidades orçamentárias da Secretaria da Saúde do 1º trimestre de 2017:

Tabela 07: Execução Orçamentária e Financeira do Fundo de Saúde do Distrito Federal

1º trimestre de 2017 em R\$

Grupo de Despesa	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
peçoal	885.319.317,00	513.312.638,48	450.330.688,48	318.199.901,96
outras despesas correntes	2.153.130.349,98	358.744.442,58	134.138.063,70	123.448.018,53
investimento	155.973.081,12	41.163.997,12	21.730.287,69	21.730.287,69
total	3.194.422.748,10	913.221.078,18	606.199.039,87	463.378.208,18

Tabela 08: Execução Orçamentária da Fundação Hemocentro de Brasília 2017

1º trimestre de 2017 em R\$

Grupo de Despesa	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
peçoal	1.750.000,00	437.255,54	134.491,89	134.491,89
outras despesas correntes	32.911.080,00	7.304.789,89	2.471.095,90	1.482.980,78
investimento	1.049.000,00	13.187,75	737,78	0,00
total	35.710.080,00	7.755.233,18	2.606.325,57	1.617.472,67

Tabela 09: Execução Orçamentária da FEPECS 2017

1º trimestre de 2017 em R\$

Grupo de Despesa	Dotação autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
peçoal	8.783.686,00	2.223.116,67	2.223.116,67	1.648.164,88
outras despesas correntes	10.326.304,00	897.720,11	421.317,87	415.723,64
investimento	421.414,00			
total	19.531.404,00	3.120.836,78	2.644.434,54	2.063.888,52

Fonte: Siac/SIGGO 2017

e) A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária por fontes de recursos: as fontes de recursos podem vincular a destinação da despesa, com exceção da fonte 100.

Tabela 10: Demonstrativo de Fontes de Recursos no Orçamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – 1º trimestre de 2017

Fonte	Descrição	Valor Empenhado		
		Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimento
100	ordinário não vinculado	515.973.010,69	218.614.796,41	44.698,86
135	operações de crédito interna			40.505.000,00
138	recursos do sus		148.253.553,90	627.486,01
220	diretamente arrecadados		78.602,37	
Total		515.973.010,69	366.946.952,68	41.177.184,87

Fonte: SIGGO 2017, acesso em 17/04/17.

f) Segue os principais elementos de despesas relacionados ao grupo de Pessoal e de Outras Despesas Correntes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – anexo 4. Para verificar o objeto do gasto é necessário analisar detalhamento do elemento⁴ da despesa, conforme:

Tabela 11: Demonstrativo de Despesa com Pessoal 1º trimestre de 2017 – por Elemento da Despesa

Despesa	Valores acumulados até março de 2017				
	A	Dotação Autorizada	Empenhado C	Liquidado D = B - C	Pago
04 – Contratação por tempo determinado		15.140.227,00	277.079,09	27.121,39	27.121,39
11 – Vencimentos e Vantagens fixas		556.138.821,76	357.303.130,93	307.116.278,87	221.632.628,38
13 – Obrigações patronais		262.619.882,45	140.850.883,19	140.850.883,19	93.646.530,83
16 – Outras Despesas Variáveis		51.960.738,14	13.298.810,94	4.521.826,31	4.504.690,85
34 – Outras Desp. de Pessoal dec. contratos de terceiros		85.556.728,45	17.983.156,79	10.000.000,00	10.000.000,00
36 – Outros serviços de terceiros – pessoa física		7.123.823,33	183.375,91	24.913,54	10.688,20
36 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		836.668.960,05	83.356.584,68	13.616.427,38	12.375.361,33
91 – Sentenças Judiciais		100.000,00	11.518,80	11.518,80	11.518,80
92 – Despesas de Exercícios Anteriores		,00	,00	,00	,00
94 – Indenizações e Restituições trabalhistas		7.140.000,00	7.180.257,11	4.081.587,74	72.880,20
96 – Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado		2.712.758,54	150.000,00	87.188,28	87.188,28

⁴Elemento da despesa: refere-se ao objeto da despesa, demonstra o bem ou serviço adquirido.

g) Detalhamento do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal:

Tabela 12: Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal
Força de Trabalho SES - DEZ/2016

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	284
Cedidos – fora GDF	127
Requisitado fora GDF – PASUS	822
Temporário – em exercício	7
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	2
Conselheiro	18
Estatutário – em exercício	30727
Estatutário - afastado	1060
Sem vínculo – em exercício - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	1667
Sem vínculo – afastado - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	0
Total ativos – em exercício * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	33223
Total ativos - afastado * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	1062

Fonte: publicado no Relatório Anual de Atividades 2016, acesso pelo site: <
http://www.seplag.df.gov.br/images/planejamento_governamental/Relatorio_de_Atividades_2016_compress
 >

h) Análise das despesas com Restos a Pagar do exercício de 2016:

As despesas com Restos a Pagar resultam de despesas empenhadas, mas não pagas, distinguindo-se entre as processadas (despesas que já foram liquidadas, mas não pagas) das não processadas (despesas que foram apenas empenhadas e não pagas, pendentes de liquidação). Segue a tabela da inscrição e pagamentos das despesas com Restos a Pagar da Secretaria de Saúde do Distrito Federal:

Tabela 13: Execução de Restos a Pagar da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – referente ao exercício de 2016.

Restos a Pagar	Grupo da Despesa - 1º trimestre de 2017 em R\$			
	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
Inscrição restos a pagar não processados	29.544.618,72	367.034.899,23	15.795.420,27	412.374.938,22
Pagamento restos a pagar não processados	38.785.922,83	182.846.855,33	12.085.948,43	233.718.726,59
Inscrição restos a pagar processados	29.544.618,72	80.041.046,62	673.119,57	110.258.784,91
Pagamento restos a pagar processados	28.917.373,55	69.978.905,46	388.263,45	99.284.542,46
Total	126.792.533,82	699.901.706,64	28.942.751,72	855.636.992,18

Fonte: SIGGO 2017, acesso em 17/04/17

Segue os principais credores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal inscritos em Restos a Pagar Processados (liquidados):

Tabela 14: Credores Inscritos em Restos a Pagar Processados – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – exercício de 2016

Empresa	Valor R\$
OXTAL MEDICINA INTERNA E TERAPIA INTENSIVA LTDA	1.389.277,82
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	1.037.696,12
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	716.898,00
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	477.351,35
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	372.718,92
HOSPFAR - IND. E COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	298.733,32
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	238.426,11
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	213.061,20
INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	188.388,73
CAENGE S/A - CONST.ADM. E ENGENHARIA	146.068,73
MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA	129.046,00
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	126.226,40
MASTER QUÍMICA DO BRASIL LTDA	105.858,17
MEDSELL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	101.938,80

Fonte: Siac/SIGGO 2017, consulta em 17/04/17

V – ANÁLISE DOS RECURSOS DE CONVÊNIOS

Além dos recursos analisados anteriormente, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal celebrou diversos convênios com a União. Em uma consulta ao sistema SIGGO 2017 – anexo 5, verificou-se que há os seguintes convênios em andamento:

Tabela 15: Convênios Vigente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

Convênio nº	Concedente	Final da Vigência	Objeto	Valor R\$
117799	Caixa Econômica Federal	31/12/17	Contrato de Repasse nº 1021968 – 35	100.000,00
12011	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	CAPS ADM III – Construção	600.000,00
12013	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	CAPS ADM III – Construção, Ampliação e Equipamentos	600.000,00
12126	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Serviço de Atenção as Urgência e Emergência na rede Hospitalar	2.496.000,00
12127	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unid. atenção espec. em saúde equip. nefrologia	1.486.600,00
12142	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Teto estadual limite controle do cancer	3.090.693,12
12276	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 6721-0	1.498.600,00

Tabela 15: Convênios Vigente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - continuação

Convênio nº	Concedente	Final da Vigência	Objeto	Valor R\$
12277	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 6723-7	350.055,00
12278	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Programa de requalificação de ub's - construção 6724-5	131.800,00
12279	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Programa de requalificação de ub's - construção 6725-3	102.400,00
12280	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Programa de requalificação de ub's - construção 6726-1	154.600,00
12281	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Serviços de atenção às urgências e emergências na rede	1.394.080,00
12282	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 6747-4	360.000,00
12283	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 3734-9	536.336,00
12284	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 6749-0	330.000,00
12285	Fundo Nacional de Saúde	31/12/17	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde 6756-3	422.000,00
Total				13.653.164,12

Fonte: SIGGO 2017

VI – ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MÍNIMO NA ÁREA DA SAÚDE

A Emenda Constitucional 29/2000 estabeleceu qual o percentual dos recursos mínimos que deverão ser aplicados na saúde, no caso do Distrito Federal, este percentual é de: 12% do produto da arrecadação dos impostos Estaduais mais 15% do produto da arrecadação dos impostos Municipais⁵, nos termos dos artigos 6º a 8º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 1º bimestre de 2017 – anexo – 6, publicado no DODF em 2017, as despesas com ações e serviços públicos de saúde – ASPS, neste dois primeiros meses de 2017, somaram-se em:

Tabela 15: Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS valores acumulados até fevereiro de 2017

Origem dos Recursos	Valor Acumulado	Participação Mínima	
		%	R\$
1) Base de Cálculo Estadual	1.740.421.792,61	12,00%	208.850.615,11
2) Base de Cálculo Municipal	914.797.526,61	15,00%	137.219.628,99
Total	2.655.219.319,22	13,03%	346.070.244,10
Descrição das Despesas	Valor (R\$)	%	
3) Total Aplicado na Funções 10 e 28	338.751.440,26	13,84%	
4) Exclusões (ODC 28)	,00	0,00%	
Total: (3) - (4)	338.751.440,26	13,84%	

Fonte: Diário Oficial do DF nº 62, de 30/03/2017, pgs. 29 e 30

⁵ Percentuais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº141, de 13 de janeiro de 2012, art 6º, art 7º e art. 8º – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs-8.080, de 19 de dezembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

VII – CONCLUSÕES

1. O orçamento total (recursos da LOA do Distrito Federal mais o Fundo Constitucional do DF) autorizado para a Saúde no ano de 2017 é de R\$ 6.067.111.604,10 (seis bilhões sessenta e sete milhões cento e onze mil seiscentos e quatro Reais), segmentado nos seguintes grupos de despesas:

Tabela 06: Consolidado da Execução Orçamentária e Financeira dos Recursos da Saúde do 1º trimestre de 2017 (Fundo Constitucional do Distrito Federal somado aos recursos da LOA Distrital)

Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos Sociais	3.486.728.014,00	3.486.728.014,00	1.522.354.080,67	1.459.069.367,67	1.326.363.629,36
Outras Despesas Correntes	2.422.433.070,00	2.422.940.094,98	388.705.491,98	158.789.016,87	147.105.262,35
Investimentos	90.778.653,00	157.443.495,12	41.177.184,87	21.731.025,47	21.730.287,69
Total	5.999.939.737,00	6.067.111.604,10	1.952.236.757,52	1.639.589.410,01	1.495.199.179,40

Fonte: SIAFI 2017 e SIGGO 2017

2. Os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF que se destinam a manutenção do serviço de saúde e estão discriminados na Lei Orçamentária da União, Lei nº 13.414/2017, de 10/01/2017, com os seguintes valores:

Execução do Fundo Constitucional no 1º trimestre de 2017

Grupo de Despesa	LOA	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total	2.817.447.690,00	2.817.447.690,00	2.817.447.690,00	1.028.139.610,03	1.028.139.610,03	1.028.139.610,03
Pessoal e Encargos Sociais	2.590.875.329,00	2.590.875.329,00	2.590.875.329,00	1.006.381.070,63	1.006.381.070,63	1.006.381.070,63
Outras Despesas Correntes	226.572.361,00	226.572.361,00	226.572.361,00	21.758.539,40	21.758.539,40	21.758.539,40

Fonte: SIGGO 2017, acesso em 17/04/2017

3. Os recursos que constam na Lei Orçamentária do Distrito Federal 2017, Lei nº 5.796, de 29/12/16, e são consignados à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, totalizam em: anexo 3

Tabela 05 - Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria de Saúde do Distrito Federal no 1º trimestre de 2017

Grupo de Natureza da Despesa	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Autorizada		Empenhado		Liquidado		Pago	
	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal	895.852.685,00	895.852.685,00	27,56%	515.973.010,04	55,84%	452.688.297,04	74,04%	319.982.558,73	68,51%
Outras Despesas Correntes	2.195.860.709,00	2.196.367.733,98	67,58%	366.946.952,58	39,71%	137.030.477,47	22,41%	125.346.722,95	26,84%
Investimentos	90.778.653,00	157.443.495,12	4,84%	41.177.184,87	4,46%	21.731.025,47	3,55%	21.730.287,69	4,65%
Inversões Financeiras	370.255,00	370.255,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Geral	3.182.862.302,00	3.250.034.169,10	100%	924.097.147,49	100%	611.449.799,98	100%	467.059.569,37	100%

Fonte: SIAC/SIGGO 2017, acesso em 17/04/2017

4. De acordo com os números acima, conclui-se que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal destinam-se, primordialmente, às despesas com pessoal da área de saúde, enquanto que os recursos do tesouro distrital a outras despesas correntes.

5. Segue o quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, conforme último dado publicado:

Tabela 12: Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde do Distrito Federal	
Força de Trabalho SES - DEZ/2016	
Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	284
Cedidos – fora GDF	127
Requisitado fora GDF – PASUS	822
Temporário – em exercício	7
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	2
Conselheiro	18
Estatutário – em exercício	30727
Estatutário - afastado	1060
Sem vínculo – em exercício - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	1667
Sem vínculo – afastado - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	0
Total ativos – em exercício * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	33223
Total ativos - afastado * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	1062

Fonte: publicado no Relatório Anual de Atividades 2016, acesso pelo site: <
http://www.seplag.df.gov.br/images/planejamento_governamental/Relatorio_de_Atividades_2016_compress
 >

6. Restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no final do exercício de 2016, tem – se os restos a pagar: processados (empenhados e liquidados) e não-processados(apenas empenhados). Segue os valores inscritos pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal:

Valores Inscritos em Restos a Pagar da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – referente ao exercício de 2016.

Restos a Pagar	Grupo da Despesa em R\$		
	Pessoal	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Inscrição restos a pagar não processados	29.544.618,72	367.034.899,23	15.795.420,27
Inscrição restos a pagar processados	29.544.618,72	80.041.046,62	673.119,57
Total	59.089.237,44	447.075.945,85	16.468.539,84

Fonte: SIGGO 2017, acesso em 17/04/17

7. Os principais credores, em valores, dos restos a pagar processados, ou seja, aqueles que já estão para receber o pagamento da despesa, pois já houve a liquidação desta, são:

Tabela 14: Credores Inscritos em Restos a Pagar Processados – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – exercício de 2016

Empresa	Valor R\$
OXTAL MEDICINA INTERNA E TERAPIA INTENSIVA LTDA	1.389.277,82
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	1.037.696,12
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	716.898,00
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	477.351,35
CRISTALIA – PRODUTOS QUIM. FARMACEUTICOS LTDA	372.718,92
HOSPFAR - IND. E COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	298.733,32
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	238.426,11
NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A	213.061,20
INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	188.388,73
CAENGE S/A - CONST.ADM. E ENGENHARIA	146.068,73
MEDCOMERCE COM. DE MEDIC. E PRODUTOS HOSPIT. LTDA	129.046,00
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	126.226,40
MASTER QUÍMICA DO BRASIL LTDA	105.858,17
MEDSELL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	101.938,80

Fonte: Siac/SIGGO 2017, consulta em 17/04/17

8. Constatou-se que, além destes recursos previstos na LOA, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal celebrou diversos convênios com a União, totalizando o valor de R\$ 13.653.164,12, conforme extratos no anexo 5 desta nota técnica.

9. Por fim, segue a análise do percentual de aplicação mínima em ações e serviços de saúde, exigido pela emenda constitucional nº 29/2000. O Distrito Federal deverá aplicar, no mínimo, 15% da receita da base de cálculo dos impostos estaduais mais 12% da base de cálculo dos impostos municipais. Estes valores são constantemente averiguados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, o último publicado acumula os valores até fevereiro de 2017, conforme: anexo 6.

Tabela 15: Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS valores acumulados até fevereiro de 2017

Origem dos Recursos	Valor Acumulado	Participação Mínima	
		%	R\$
1) Base de Cálculo Estadual	1.740.421.792,61	12,00%	208.850.615,11
2) Base de Cálculo Municipal	914.797.526,61	15,00%	137.219.628,99
Total	2.655.219.319,22	13,03%	346.070.244,10
Descrição das Despesas	Valor (R\$)	%	
3) Total Aplicado na Funções 10 e 28	338.751.440,26	13,84%	
4) Exclusões (ODC 28)	,00	0,00%	
Total: (3) - (4)	338.751.440,26	13,84%	

Fonte: Diário Oficial do DF nº 62, de 30/03/2017, pgs. 29 e 30

Nada mais havendo a declarar, encerra-se esta Nota Técnica de nº 20/2017, composta de 17 páginas, glossário e anexos.

Brasília/DF, 5 de maio de 2017.

Anne Araujo Comber Correa de Oliveira Andrade
 Núcleo de Assessoramento Técnico de Orçamento – NUO
 PDDC/MPDFT

GLOSSÁRIO

01. PPA – Plano Plurianual: *“O Plano Plurianual é a principal peça do processo de planejamento de médio prazo do Governo do DF. Previsto no art. 166 da Lei Orgânica do DF, é o instrumento que viabiliza a integração dos diversos planos e etapas do planejamento governamental. Por meio dele o governo estrutura seu planejamento, organizado em programas e objetivos específicos, agregando a estes as ações de governo que resultem em bens ou serviços para atendimento de demandas da sociedade.”* (Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Exercício de 2014, pg. 32);

02. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias: *“É o instrumento que funciona como o elo entre o PPA e os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do plano à estimativa das disponibilidades financeiras de determinado exercício. A LDO deverá estabelecer os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA.”* (Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Exercício de 2014, pg. 30);

03. LOA – Lei Orçamentária Anual: *“É uma importante ferramenta de ligação entre os sistemas de planejamento e de finanças, que torna possível a operacionalização dos planos em função das possibilidades de ingresso de recursos financeiros. É o detalhamento dos programas de governo e permite sua execução efetiva. A Lei Orçamentária Anual deverá ser detalhada a partir da categoria de programação, incluindo-se a região administrativa e a discriminação da despesa, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, tendo entre suas funções a redução das desigualdades inter-regionais. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte é encaminhado até três meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro em curso e devolvido pelo Poder Legislativo para sanção até o encerramento do segundo período da sessão legislativa. Publicada a LOA e observadas as normas de execução estabelecidas para o exercício, tem-se o início da execução orçamentária e financeira. Após o recebimento do crédito orçamentário, as Unidades estão em condições de efetuar a realização da despesa pública, que compreende três estágios ou fases: empenho, liquidação e pagamento.”* (Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Exercício de 2014, pg. 30);

04. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *“São valores monetários autorizados, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para atender a uma determinada programação orçamentária.”* (<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/conceitos-sobre-orcamento>);

05. CONTINGENCIAMENTO: *“Representa a contenção em virtude de orçamentos super estimados, podendo ser liberado mediante recuperação da arrecadação da receita.”* (SIGGO)

06. CRÉDITOS BLOQUEADOS: *“Representa os créditos orçamentários indisponíveis para remanejamento (alterações de QDD e cancelamentos de dotações).”.* (SIG-GO)

07. DETALHAMENTO DA DESPESA POR GRUPO DA DESPESA: *Classificação por natureza da despesa - “O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento. Temos ainda o desdobramento facultativo do elemento da despesa (subelemento). Grupo da Natureza da Despesa (GND) – segundo nível: é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:*

1 – Pessoal e encargos sociais: Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

2 – Juros e encargos da dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

3 – Outras despesas correntes: Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 – Investimentos: Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5 – Inversões financeiras: Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

6 – Amortização da dívida: Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.”.

(MENDES, Sérgio. Administração Financeira e Orçamentária. 5ª ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense, 20105, p. 277 e 279)

- 08. DETALHAMENTO DA DESPESA POR AÇÕES:** *“Ações são instrumentos de programação que contribuem para atender ao objetivo de um programa. (Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, Exercício de 2014, pg. 20/21).*
- 09. DOTAÇÃO INICIAL:** *“Representa o saldo do crédito inicial, fixado na lei orçamentária, para cada unidade orçamentária. (SIGGO)*
- 10. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** *“Demonstra as alterações efetuadas no orçamento ao longo do exercício.” (SIGGO)*
- 11. DESPESAS AUTORIZADAS:** *“Representa os créditos autorizados, através de decretos, portarias, leis para as unidades orçamentárias”. (SIGGO)*
- 12. TOTAL EMPENHADO:** *“Demonstra o valor empenhado das unidades orçamentárias” (SIGGO)*
- 13. EMPENHO LIQUIDADADO:** *“Representa o total de empenhos para os quais houve o recebimento do produto ou do serviço pelas unidades orçamentárias.” (SIGGO)*
- 14. CRÉDITO DISPONÍVEL:** *“São as despesas autorizadas retirados o total empenhado.” (SIGGO)*
- 15. META FÍSICA:** *A programação orçamentária quantitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues. É a quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, e instituída para o exercício. As metas físicas são indicadas em nível de subtítulo. (Manual Técnico de Orçamento – MTO 2016, pgs. 35 e 59.).*

ANEXOS



DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 151, DE 4 DE MAIO DE 2016

Altera a redação do texto e do Anexo I da Decisão Normativa TCU 146, de 30 de setembro de 2015 e do Anexo I da Decisão Normativa TCU 147, de 11 de novembro de 2015.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento;

Considerando os estudos desenvolvidos no âmbito do TC 006.698/2016-6, resolve:

Art. 1º Fica incluído § 3º no art. 3º da Decisão Normativa TCU 146/2015 com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

(...)

§ 3º *A supervisão ministerial prevista no art. 52 da Lei 8.443/1992 nas contas das unidades Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal fica atribuída ao Ministro da Fazenda, em razão da utilização, por essas unidades, dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.”*

Art. 2º Fica incluído parágrafo único no art. 12 da Decisão Normativa TCU 146/2015 com a seguinte redação:

“Art. 12 (...)

Parágrafo único. A autorização do relator, de que trata o caput, será dispensada caso o novo prazo para apresentação do relatório de gestão não supere trinta dias.”

Art. 3º O Anexo I da Decisão Normativa TCU 146/2015 fica alterado na forma dos parágrafos seguintes.

§ 1º A parte que trata do Ministério da Fazenda passa a vigorar com a seguinte redação.

MINISTÉRIO DAS FAZENDA	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Banco Central do Brasil (BCB)	31/05/2016
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	31/03/2016
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	31/03/2016
Empresa Pública	



Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)	31/05/2016
Caixa Econômica Federal (CEF)	31/05/2016
CAIXA Participações S.A. (CaixaPar)	31/05/2016
Casa da Moeda do Brasil (CMB)	31/05/2016
Empresa Gestora de Ativos (Emgea)	31/05/2016
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	31/05/2016
Fundação	
Fundação Banco do Brasil (FBB)	31/05/2016
Fundo	
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), incluindo informações sobre a gestão dos recursos destinados à assistência financeira para realização de serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal	31/05/2016
Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal	31/03/2016
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	31/03/2016
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	31/05/2016
Fundo de Garantia para Construção Naval (FGCN)	31/05/2016
Fundo de Participação PIS/PASEP	30/09/2016
Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)	31/03/2016
Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP)	31/03/2016
Fundo Soberano (STN)	31/05/2016
Sociedade de Economia Mista	
Banco da Amazônia S.A. (Basa)	31/05/2016
Banco do Brasil S.A. (BB)	31/05/2016
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	31/05/2016
Cobra Tecnologia S.A. (Cobra)	31/05/2016

§ 2º A parte que trata do Poder Executivo passa a vigorar com o acréscimo da seguinte redação.

PODER EXECUTIVO	
ÓRGÃOS DE OUTROS ENTES FEDERATIVOS	
DISTRITO FEDERAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)	31/05/2016
Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), incluindo informações sobre o Fundo de Saúde da PMDF	31/05/2016
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), incluindo informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF	31/05/2016

Art. 4º O Anexo I da Decisão Normativa TCU 147/2015 fica alterado na forma dos parágrafos seguintes.

§ 1º A parte que trata do Ministério da Fazenda passa a vigorar com a seguinte redação.

MINISTÉRIO DAS FAZENDA	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Banco Central do Brasil (BCB)	13/10/2016
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	15/08/2016
Empresa Pública	
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)	13/10/2016
Caixa Econômica Federal (CEF)	13/10/2016
Empresa Gestora de Ativos (Emgea)	13/10/2016
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	13/10/2016



Fundo	
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), incluindo informações sobre a gestão dos recursos destinados à assistência financeira para realização de serviços públicos de educação e saúde do Distrito Federal	15/10/2016
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	13/10/2016
Fundo de Participação PIS/PASEP	30/11/2016
Sociedade de Economia Mista	
Banco da Amazônia S.A. (Basa)	13/10/2016
Banco do Brasil S.A. (BB)	13/10/2016
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	13/10/2016

§ 2º A parte que trata do Poder Executivo passa a vigorar com o acréscimo da seguinte redação.

PODER EXECUTIVO	
ÓRGÃOS DE OUTROS ENTES FEDERATIVOS	
DISTRITO FEDERAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)	15/10/2016
Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), incluindo informações sobre o Fundo de Saúde da PMDF	15/10/2016
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), incluindo informações sobre o Fundo de Saúde do CBMDF	15/10/2016

Art. 5º Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 4 de maio de 2016.

AROLDO CEDRAZ
Presidente



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria

ORGÃO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	895.852.685,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	895.852.685,00 +
TOTAL EMPENHADO	515.973.010,69 +
EMPENHO LIQUIDADO	452.688.297,04 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	319.982.558,73 +

3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DOTAÇÃO INICIAL	2.195.860.709,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.196.367.733,98 +
TOTAL EMPENHADO	366.946.952,58 +
EMPENHO LIQUIDADO	137.030.477,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	125.346.722,95 +

4 INVESTIMENTO

DOTAÇÃO INICIAL	90.778.653,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	157.443.495,12 +
TOTAL EMPENHADO	41.177.184,87 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.731.025,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.730.287,69 +

5 INVERSÕES FINANCEIRAS

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL GERAL

DOTAÇÃO INICIAL	3.182.862.302,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.250.034.169,10 +
TOTAL EMPENHADO	924.097.148,14 +
EMPENHO LIQUIDADO	611.449.799,98 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	467.059.569,37 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

DOTAÇÃO INICIAL	15.140.227,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	15.140.227,00 +
TOTAL EMPENHADO	277.079,09 +
EMPENHO LIQUIDADO	27.121,39 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	27.121,39 +

11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

DOTAÇÃO INICIAL	806.905.546,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	556.138.821,76 +
TOTAL EMPENHADO	357.303.130,93 +
EMPENHO LIQUIDADO	307.116.278,87 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	221.632.628,38 +

13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

DOTAÇÃO INICIAL	12.617.117,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	262.619.882,45 +
TOTAL EMPENHADO	140.850.883,19 +
EMPENHO LIQUIDADO	140.850.883,19 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	93.646.530,83 +

16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

DOTAÇÃO INICIAL	51.210.668,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	51.960.738,14 +
TOTAL EMPENHADO	13.298.810,94 +
EMPENHO LIQUIDADO	4.521.826,31 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	4.504.690,85 +

91 SENTENÇAS JUDICIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	100.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	100.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	11.518,80 +
EMPENHO LIQUIDADO	11.518,80 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	11.518,80 +

94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

DOTAÇÃO INICIAL	7.140.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	7.180.257,11 +
TOTAL EMPENHADO	4.081.587,74 +
EMPENHO LIQUIDADO	73.480,20 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	72.880,20 +

96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO

DOTAÇÃO INICIAL	2.739.127,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.712.758,54 +
TOTAL EMPENHADO	150.000,00 +
EMPENHO LIQUIDADO	87.188,28 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	87.188,28 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	895.852.685,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	895.852.685,00 +
	TOTAL EMPENHADO	515.973.010,69 +
	EMPENHO LIQUIDADO	452.688.297,04 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	319.982.558,73 +
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		
	DOTAÇÃO INICIAL	8.439.186,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	8.439.186,00 +
	TOTAL EMPENHADO	496.277,31 +
	EMPENHO LIQUIDADO	275.212,53 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	244.787,97 +
14 DIÁRIAS - CIVIL		
	DOTAÇÃO INICIAL	516.861,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	455.361,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	
18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		
	DOTAÇÃO INICIAL	70.579.149,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	68.064.990,89 +
	TOTAL EMPENHADO	9.100.565,87 +
	EMPENHO LIQUIDADO	8.792.476,27 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	3.316.236,99 +
20 AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		
	DOTAÇÃO INICIAL	450.000,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	450.000,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	
30 MATERIAL DE CONSUMO		
	DOTAÇÃO INICIAL	618.000.302,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	612.091.614,77 +
	TOTAL EMPENHADO	101.704.020,78 +
	EMPENHO LIQUIDADO	34.784.125,85 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	32.285.627,06 +
32 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
	DOTAÇÃO INICIAL	241.000,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	241.000,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

DOTAÇÃO INICIAL	761.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	1.394.198,15 +
TOTAL EMPENHADO	741.011,22 +
EMPENHO LIQUIDADO	155.667,56 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	155.667,56 +

34 OUTRAS DESP. DE PESSOAL DEC. CONTRATOS DE TERCEIRI

DOTAÇÃO INICIAL	90.000.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	85.556.728,45 +
TOTAL EMPENHADO	17.983.156,79 +
EMPENHO LIQUIDADO	10.000.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	10.000.000,00 +

35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

DOTAÇÃO INICIAL	1.341.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	1.283.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

DOTAÇÃO INICIAL	7.282.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	7.123.823,33 +
TOTAL EMPENHADO	183.375,91 +
EMPENHO LIQUIDADO	24.913,54 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	10.688,20 +

37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DOTAÇÃO INICIAL	332.302.964,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	266.812.409,47 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO INICIAL	874.867.266,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	836.668.960,05 +
TOTAL EMPENHADO	83.356.584,68 +
EMPENHO LIQUIDADO	13.616.427,38 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	12.375.361,33 +

41 CONTRIBUIÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	9.640.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	14.083.271,55 +
TOTAL EMPENHADO	13.443.271,55 +
EMPENHO LIQUIDADO	9.000.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	9.000.000,00 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

DOTAÇÃO INICIAL	154.539.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	154.889.040,33 +
TOTAL EMPENHADO	24.545.066,09 +
EMPENHO LIQUIDADO	12.223.415,53 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	12.126.386,50 +

47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

DOTAÇÃO INICIAL	7.942.109,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	10.456.267,11 +
TOTAL EMPENHADO	3.663.475,08 +
EMPENHO LIQUIDADO	3.363.252,21 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	2.263.537,48 +

48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS

DOTAÇÃO INICIAL	2.275.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.817.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	1.740.000,00 +
EMPENHO LIQUIDADO	402.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	402.000,00 +

49 AUXÍLIO-TRANSPORTE

DOTAÇÃO INICIAL	16.551.672,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	16.550.467,05 +
TOTAL EMPENHADO	2.130.731,47 +
EMPENHO LIQUIDADO	829.540,56 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	827.220,86 +

91 SENTENÇAS JUDICIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	120.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	120.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	11.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	107.870.415,83 +
TOTAL EMPENHADO	107.859.415,83 +
EMPENHO LIQUIDADO	43.563.446,04 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	42.339.209,00 +

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	2.195.860.709,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.196.367.733,98 +
TOTAL EMPENHADO	366.946.952,58 +
EMPENHO LIQUIDADO	137.030.477,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	125.346.722,95 +

4 INVESTIMENTO



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGÃO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO INICIAL	
DOTAÇÃO AUTORIZADA	20.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	13.187,75 +
EMPENHO LIQUIDADO	737,78 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	

51 OBRAS E INSTALAÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	29.523.742,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	96.138.584,12 +
TOTAL EMPENHADO	40.549.698,86 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.669.450,03 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.669.450,03 +

52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DOTAÇÃO INICIAL	61.254.911,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	61.284.911,00 +
TOTAL EMPENHADO	614.298,26 +
EMPENHO LIQUIDADO	60.837,66 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	60.837,66 +

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	90.778.653,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	157.443.495,12 +
TOTAL EMPENHADO	41.177.184,87 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.731.025,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.730.287,69 +

5 INVERSÕES FINANCEIRAS**61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS**

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL GERAL

DOTAÇÃO INICIAL	3.182.862.302,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.250.034.169,10 +
TOTAL EMPENHADO	924.097.148,14 +
EMPENHO LIQUIDADO	611.449.799,98 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	467.059.569,37 +

30

	(h)	(i) = (b-(e+f))	(j) = (h+i)
VALOR (III)	6.318.502,58	4.865.907,01	11.184.409,59

FONTES: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Coordenação de Informações Fiscais / Subsecretaria de Contabilidade / SEF

31



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ FEVEREIRO DE 2017

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
I Receita : Base de cálculo Estadual - B.E	11.123.287.192,25	11.123.287.192,25	1.740.421.792,61	15,65
A1 75% do ICMS	6.125.158.656,00	6.125.158.656,00	931.557.758,96	15,21
A2 75% da Dívida Ativa - ICMS	57.327.822,00	57.327.822,00	8.893.025,06	15,51
A3 75% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	15.577.724,25	15.577.724,25	3.629.988,51	23,30
A4 75% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS	12.461.880,75	12.461.880,75	2.728.975,78	21,90
A5 SIMPLES	411.646.722,00	411.646.722,00	62.172.584,01	15,10
A6 Dívida Ativa - Simples	3.220.272,00	3.220.272,00	348.563,44	10,82
A7 Multas/Juros/Correção Monetária - SIMPLES	0,00	0,00	0,00	0,00
A8 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do SIMPLES	1.116.421,00	1.116.421,00	160.628,03	14,39
A9 50% do IPVA	462.243.810,50	462.243.810,50	203.560.730,20	44,04
A10 50% da Dívida Ativa - IPVA	29.057.270,00	29.057.270,00	3.217.733,52	11,07
A11 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.964.506,50	9.964.506,50	1.584.400,76	15,90
A12 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do IPVA	8.136.794,00	8.136.794,00	996.378,43	12,25
A13 ITCD	107.499.206,00	107.499.206,00	13.918.752,93	12,95
A14 Dívida Ativa - ITCD	4.306.142,00	4.306.142,00	629.318,68	14,61
A15 Multas/Juros/Correção Monetária -ITCD	2.711.846,00	2.711.846,00	662.272,46	24,42
A16 Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do ITCD	1.360.022,00	1.360.022,00	225.939,97	16,61
A17 Imp. S/ Renda e Prov. de Qualquer Natureza	3.276.646.955,00	3.276.646.955,00	388.589.579,83	11,86
A18 Quota-parte FPE	575.917.177,00	575.917.177,00	114.554.772,41	19,89
A19 75% Quota-parte IPI-Exportação	5.973.017,25	5.973.017,25	1.016.624,03	17,02
A20 75% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	12.960.948,00	12.960.948,00	1.973.765,63	15,23
II Receita : Base de cálculo Municipal - B.M	5.687.578.899,75	5.687.578.899,75	914.797.526,61	16,08
B1 25% do ICMS	2.041.719.552,00	2.041.719.552,00	310.519.252,99	15,21
B2 25% da Dívida Ativa - ICMS	19.109.274,00	19.109.274,00	2.964.341,69	15,51
B3 25% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	5.192.574,75	5.192.574,75	1.209.996,17	23,30
B4 25% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS	4.153.960,25	4.153.960,25	909.658,59	21,90
B5 50% do IPVA	462.243.810,50	462.243.810,50	203.560.730,20	44,04
B6 50% da Dívida Ativa - IPVA	29.057.270,00	29.057.270,00	3.217.733,52	11,07
B7 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.964.506,50	9.964.506,50	1.584.400,76	15,90
B8 50% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPVA	8.136.794,00	8.136.794,00	996.378,43	12,25
B9 IPTU	807.174.063,00	807.174.063,00	19.521.595,16	2,42
B10 Dívida Ativa - IPTU	82.638.181,00	82.638.181,00	9.324.734,19	11,28
B11 Multas/Juros/Correção Monetária -IPTU	4.377.619,00	4.377.619,00	2.154.034,11	49,21
B12 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPTU	22.635.321,00	22.635.321,00	2.843.412,04	12,56
B13 ISS	1.593.575.573,00	1.593.575.573,00	269.619.962,40	16,92
B14 Dívida Ativa - ISS	37.813.643,00	37.813.643,00	5.310.458,82	14,04
B15 Multas/Juros/Correção Monetária - ISS	7.258.682,00	7.258.682,00	1.895.512,42	26,11
B16 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ISS	9.320.624,00	9.320.624,00	1.756.324,07	18,84
B17 ITBI	375.884.946,00	375.884.946,00	45.912.632,58	12,21
B18 Dívida Ativa - ITBI	233.199,00	233.199,00	24.455,42	10,49
B19 Multas/Juros/Correção Monetária -ITBI	161.961,00	161.961,00	53.051,48	32,76
B20 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ITBI	87.330,00	87.330,00	11.010,29	12,61
B21 Quota-parte ITR	1.175.720,00	1.175.720,00	80.871,20	6,88
B22 Quota-parte FPM	159.352.974,00	159.352.974,00	30.330.183,55	19,03
B23 25% Quota-parte IPI-Exportação	1.991.005,75	1.991.005,75	338.874,68	17,02
B24 25% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	4.320.316,00	4.320.316,00	657.921,88	15,23
III Recursos Mínimos a aplicar (12% da Base Estadual + 15% da Base Municipal)	2.187.931.298,03	2.187.931.298,03	346.070.244,10	15,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012017033000029

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32

DESPESAS (POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100
A FUNÇÃO 10 : SAÚDE	2.464.753.374,00	2.500.937.004,00	454.325.126,10	18,17	338.726.352,66	13,54
SUBFUNÇÕES :						
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.536.410.662,00	1.536.410.662,00	394.986.604,58	25,71	323.249.908,56	21,04
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.841.000,00	32.841.000,00	329.631,57	1,00	70.098,33	0,21
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-
ATENÇÃO BÁSICA	20.300.823,00	20.300.823,00	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	403.410.975,00	439.594.605,00	22.982.662,28	5,23	10.000.000,00	2,27
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	228.773.880,00	228.773.880,00	14.213.397,41	6,21	68.539,63	0,03
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	141.000,00	141.000,00	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	166.670.034,00	166.670.034,00	16.474.329,24	9,88	-	-
ENSINO SUPERIOR	76.005.000,00	76.005.000,00	5.338.501,02	7,02	5.337.806,14	7,02
B FUNÇÃO 28 : ENCARGOS ESPECIAIS	8.228.127,00	8.228.127,00	25.087,60	0,30	25.087,60	0,30
SUBFUNÇÕES :						
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.228.127,00	8.228.127,00	25.087,60	0,30	25.087,60	0,30
C EXCLUSÕES :						
Aplicações Na Função 28 (Encargos Especiais) Em Gastos Que NÃO Se Referem a Custeio De Pessoal Em Atividade De Saúde	-	-	-	-	-	-
SUBFUNÇÕES :						
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-	-	-	-
FEPECS (Decisão do TCDF 4244/2011)	-	-	-	-	-	-
SUBFUNÇÕES :						
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-
ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
D OUTRAS EXCLUSÕES :						
Despesas Com Contratos De Gestão Que Não Se Enquadram Como ASPs *	-	-	17.481.901,08	-	17.481.901,08	-
Saldo Financeiro Referente ao Movimento de 2016 No Âmbito Do PDPAS **	-	-	19.000.000,00	-	19.000.000,00	-
	-	-	-1.518.098,92	-	-1.518.098,92	-
IV APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE = (A+B-C-D)	2.472.981.501,00	2.509.165.131,00	436.868.312,62	17,41	321.269.539,18	12,80
V SUPERÁVIT / DÉFICIT (IV - III)	285.050.202,97	321.233.832,97	90.798.068,52	28,27	-24.800.704,92	-7,72

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Coordenação de Informações Fiscais / Subsecretaria de Contabilidade / SEF

FONTES DE RECURSOS DE FINAL : 00, 01, 02, 05 e 09

Nota 1: De acordo com as Decisões nº 4620/2002; nº 6608/2010 e nº 1123/2013 do Tribunal de Contas do DF.

* Conta Contábil: 113110900

** Conta Contábil : 113111002



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	895.852.685,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	895.852.685,00 +
TOTAL EMPENHADO	515.973.010,69 +
EMPENHO LIQUIDADO	452.688.297,04 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	319.982.558,73 +

3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

DOTAÇÃO INICIAL	2.195.860.709,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.196.367.733,98 +
TOTAL EMPENHADO	366.946.952,58 +
EMPENHO LIQUIDADO	137.030.477,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	125.346.722,95 +

4 INVESTIMENTO

DOTAÇÃO INICIAL	90.778.653,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	157.443.495,12 +
TOTAL EMPENHADO	41.177.184,87 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.731.025,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.730.287,69 +

5 INVERSÕES FINANCEIRAS

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL GERAL

DOTAÇÃO INICIAL	3.182.862.302,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.250.034.169,10 +
TOTAL EMPENHADO	924.097.148,14 +
EMPENHO LIQUIDADO	611.449.799,98 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	467.059.569,37 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria, Unidade Orçamentária e Ação

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
23202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB		
9001	EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	TOTAL EMPENHADO	11.518,80 +
9041	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	TOTAL EMPENHADO	275.736,74 +
9050	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	TOTAL EMPENHADO	150.000,00 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	437.255,54 +
23203	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE		
8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	TOTAL EMPENHADO	2.223.116,67 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	2.223.116,67 +
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL		
8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	TOTAL EMPENHADO	509.519.395,27 +
9041	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	TOTAL EMPENHADO	3.766.874,75 +
9050	RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	TOTAL EMPENHADO	26.368,46 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	513.312.638,48 +
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
23202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB		
2811	CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO	TOTAL EMPENHADO	2.350.472,09 +
2812	ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE	TOTAL EMPENHADO	2.564.495,21 +
4054	ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE	TOTAL EMPENHADO	768.837,03 +
4060	BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E	TOTAL EMPENHADO	316.952,51 +
4081	PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	TOTAL EMPENHADO	606.520,77 +
8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	TOTAL EMPENHADO	49.753,72 +
8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	TOTAL EMPENHADO	242.135,09 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria, Unidade Orçamentária e Ação

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

9033	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	TOTAL EMPENHADO	405.623,47 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	7.304.789,89 +
23203	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE		
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	TOTAL EMPENHADO	6.591,65 +
2083	DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	TOTAL EMPENHADO	8.336,00 +
2230	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	TOTAL EMPENHADO	6.228,06 +
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE	TOTAL EMPENHADO	363.594,00 +
8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	TOTAL EMPENHADO	16.878,40 +
8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	TOTAL EMPENHADO	50.000,00 +
8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	TOTAL EMPENHADO	12.335,00 +
9033	FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	TOTAL EMPENHADO	11.166,15 +
9060	CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	TOTAL EMPENHADO	159.750,00 +
9083	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	TOTAL EMPENHADO	262.840,85 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	897.720,11 +
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL		
2060	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR (SAMU)	TOTAL EMPENHADO	2.617.026,26 +
2145	SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	TOTAL EMPENHADO	38.042.141,26 +
2396	CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE	TOTAL EMPENHADO	1.139.987,50 +
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE	TOTAL EMPENHADO	366.238,71 +
2585	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO	TOTAL EMPENHADO	325.470,00 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria, Unidade Orçamentária e Ação

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

2596	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO	TOTAL EMPENHADO	91.674,49 +
2601	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA	TOTAL EMPENHADO	187.577,60 +
2602	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA	TOTAL EMPENHADO	801.306,55 +
2610	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E	TOTAL EMPENHADO	285.375,00 +
2655	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	TOTAL EMPENHADO	858.561,49 +
2885	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	TOTAL EMPENHADO	6.615.892,61 +
3155	REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	TOTAL EMPENHADO	630.000,00 +
3223	REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	TOTAL EMPENHADO	9.020,86 +
4068	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA	TOTAL EMPENHADO	4.072.847,96 +
4145	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE	TOTAL EMPENHADO	89.002,99 +
4165	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE	TOTAL EMPENHADO	7.369,50 +
4166	PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO	TOTAL EMPENHADO	3.666.666,64 +
4205	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO	TOTAL EMPENHADO	26.151.773,43 +
4206	GESTÃO DE UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE	TOTAL EMPENHADO	31.426.428,34 +
4208	DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO	TOTAL EMPENHADO	4.311.652,64 +
4215	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA	TOTAL EMPENHADO	2.400.000,00 +
4216	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	TOTAL EMPENHADO	65.138.003,39 +
4225	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES	TOTAL EMPENHADO	4.332.676,76 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria, Unidade Orçamentária e Ação

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

4226	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE UNIDADES DE PRONTO	TOTAL EMPENHADO	139.549,93 +
4227	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	TOTAL EMPENHADO	28.726.596,85 +
6016	FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESE	TOTAL EMPENHADO	515.582,44 +
6049	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	TOTAL EMPENHADO	159.328,00 +
6052	ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	TOTAL EMPENHADO	2.770.456,43 +
8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	TOTAL EMPENHADO	26.727.561,09 +
8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	TOTAL EMPENHADO	94.224.218,83 +
9083	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	TOTAL EMPENHADO	11.914.455,03 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	358.744.442,58 +
4	INVESTIMENTO		
23202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB		
4054	ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE	TOTAL EMPENHADO	13.187,75 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	13.187,75 +
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL		
3135	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	TOTAL EMPENHADO	44.698,86 +
3141	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	TOTAL EMPENHADO	40.505.000,00 +
4208	DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO	TOTAL EMPENHADO	614.298,26 +
TOTAL		TOTAL EMPENHADO	41.163.997,12 +
TOTAL GERAL		TOTAL EMPENHADO	924.097.148,14 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

DOTAÇÃO INICIAL	15.140.227,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	15.140.227,00 +
TOTAL EMPENHADO	277.079,09 +
EMPENHO LIQUIDADO	27.121,39 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	27.121,39 +

11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

DOTAÇÃO INICIAL	806.905.546,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	556.138.821,76 +
TOTAL EMPENHADO	357.303.130,93 +
EMPENHO LIQUIDADO	307.116.278,87 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	221.632.628,38 +

13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

DOTAÇÃO INICIAL	12.617.117,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	262.619.882,45 +
TOTAL EMPENHADO	140.850.883,19 +
EMPENHO LIQUIDADO	140.850.883,19 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	93.646.530,83 +

16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

DOTAÇÃO INICIAL	51.210.668,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	51.960.738,14 +
TOTAL EMPENHADO	13.298.810,94 +
EMPENHO LIQUIDADO	4.521.826,31 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	4.504.690,85 +

91 SENTENÇAS JUDICIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	100.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	100.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	11.518,80 +
EMPENHO LIQUIDADO	11.518,80 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	11.518,80 +

94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

DOTAÇÃO INICIAL	7.140.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	7.180.257,11 +
TOTAL EMPENHADO	4.081.587,74 +
EMPENHO LIQUIDADO	73.480,20 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	72.880,20 +

96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO

DOTAÇÃO INICIAL	2.739.127,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.712.758,54 +
TOTAL EMPENHADO	150.000,00 +
EMPENHO LIQUIDADO	87.188,28 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	87.188,28 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	895.852.685,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	895.852.685,00 +
	TOTAL EMPENHADO	515.973.010,69 +
	EMPENHO LIQUIDADO	452.688.297,04 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	319.982.558,73 +
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		
	DOTAÇÃO INICIAL	8.439.186,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	8.439.186,00 +
	TOTAL EMPENHADO	496.277,31 +
	EMPENHO LIQUIDADO	275.212,53 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	244.787,97 +
14 DIÁRIAS - CIVIL		
	DOTAÇÃO INICIAL	516.861,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	455.361,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	
18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		
	DOTAÇÃO INICIAL	70.579.149,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	68.064.990,89 +
	TOTAL EMPENHADO	9.100.565,87 +
	EMPENHO LIQUIDADO	8.792.476,27 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	3.316.236,99 +
20 AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		
	DOTAÇÃO INICIAL	450.000,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	450.000,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	
30 MATERIAL DE CONSUMO		
	DOTAÇÃO INICIAL	618.000.302,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	612.091.614,77 +
	TOTAL EMPENHADO	101.704.020,78 +
	EMPENHO LIQUIDADO	34.784.125,85 +
	EMPENHOS PAGOS DO EX	32.285.627,06 +
32 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		
	DOTAÇÃO INICIAL	241.000,00 +
	DOTAÇÃO AUTORIZADA	241.000,00 +
	TOTAL EMPENHADO	
	EMPENHO LIQUIDADO	
	EMPENHOS PAGOS DO EX	



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

DOTAÇÃO INICIAL	761.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	1.394.198,15 +
TOTAL EMPENHADO	741.011,22 +
EMPENHO LIQUIDADO	155.667,56 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	155.667,56 +

34 OUTRAS DESP. DE PESSOAL DEC. CONTRATOS DE TERCEIRI

DOTAÇÃO INICIAL	90.000.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	85.556.728,45 +
TOTAL EMPENHADO	17.983.156,79 +
EMPENHO LIQUIDADO	10.000.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	10.000.000,00 +

35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

DOTAÇÃO INICIAL	1.341.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	1.283.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

DOTAÇÃO INICIAL	7.282.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	7.123.823,33 +
TOTAL EMPENHADO	183.375,91 +
EMPENHO LIQUIDADO	24.913,54 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	10.688,20 +

37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DOTAÇÃO INICIAL	332.302.964,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	266.812.409,47 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO INICIAL	874.867.266,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	836.668.960,05 +
TOTAL EMPENHADO	83.356.584,68 +
EMPENHO LIQUIDADO	13.616.427,38 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	12.375.361,33 +

41 CONTRIBUIÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	9.640.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	14.083.271,55 +
TOTAL EMPENHADO	13.443.271,55 +
EMPENHO LIQUIDADO	9.000.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	9.000.000,00 +



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGÃO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

DOTAÇÃO INICIAL	154.539.400,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	154.889.040,33 +
TOTAL EMPENHADO	24.545.066,09 +
EMPENHO LIQUIDADO	12.223.415,53 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	12.126.386,50 +

47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

DOTAÇÃO INICIAL	7.942.109,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	10.456.267,11 +
TOTAL EMPENHADO	3.663.475,08 +
EMPENHO LIQUIDADO	3.363.252,21 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	2.263.537,48 +

48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS

DOTAÇÃO INICIAL	2.275.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.817.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	1.740.000,00 +
EMPENHO LIQUIDADO	402.000,00 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	402.000,00 +

49 AUXÍLIO-TRANSPORTE

DOTAÇÃO INICIAL	16.551.672,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	16.550.467,05 +
TOTAL EMPENHADO	2.130.731,47 +
EMPENHO LIQUIDADO	829.540,56 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	827.220,86 +

91 SENTENÇAS JUDICIAIS

DOTAÇÃO INICIAL	120.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	120.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	11.000,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	107.870.415,83 +
TOTAL EMPENHADO	107.859.415,83 +
EMPENHO LIQUIDADO	43.563.446,04 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	42.339.209,00 +

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	2.195.860.709,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	2.196.367.733,98 +
TOTAL EMPENHADO	366.946.952,58 +
EMPENHO LIQUIDADO	137.030.477,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	125.346.722,95 +

4 INVESTIMENTO



Valores da Consulta 2 - Acumulado até o Mês

Mês de Referência 03 - Março

Detalhado por : Categoria e Elemento

ORGAO: 23000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DOTAÇÃO INICIAL	
DOTAÇÃO AUTORIZADA	20.000,00 +
TOTAL EMPENHADO	13.187,75 +
EMPENHO LIQUIDADO	737,78 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	

51 OBRAS E INSTALAÇÕES

DOTAÇÃO INICIAL	29.523.742,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	96.138.584,12 +
TOTAL EMPENHADO	40.549.698,86 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.669.450,03 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.669.450,03 +

52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DOTAÇÃO INICIAL	61.254.911,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	61.284.911,00 +
TOTAL EMPENHADO	614.298,26 +
EMPENHO LIQUIDADO	60.837,66 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	60.837,66 +

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	90.778.653,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	157.443.495,12 +
TOTAL EMPENHADO	41.177.184,87 +
EMPENHO LIQUIDADO	21.731.025,47 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	21.730.287,69 +

5 INVERSÕES FINANCEIRAS**61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS**

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL

DOTAÇÃO INICIAL	370.255,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	370.255,00 +
TOTAL EMPENHADO	
EMPENHO LIQUIDADO	
EMPENHOS PAGOS DO EX	

TOTAL GERAL

DOTAÇÃO INICIAL	3.182.862.302,00 +
DOTAÇÃO AUTORIZADA	3.250.034.169,10 +
TOTAL EMPENHADO	924.097.148,14 +
EMPENHO LIQUIDADO	611.449.799,98 +
EMPENHOS PAGOS DO EX	467.059.569,37 +

30

	(h)	(i) = (b-(e+f))	(j) = (h+i)
VALOR (III)	6.318.502,58	4.865.907,01	11.184.409,59

FONTES: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Coordenação de Informações Fiscais / Subsecretaria de Contabilidade / SEF

31



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ FEVEREIRO DE 2017

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
I Receita : Base de cálculo Estadual - B.E	11.123.287.192,25	11.123.287.192,25	1.740.421.792,61	15,65
A1 75% do ICMS	6.125.158.656,00	6.125.158.656,00	931.557.758,96	15,21
A2 75% da Dívida Ativa - ICMS	57.327.822,00	57.327.822,00	8.893.025,06	15,51
A3 75% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	15.577.724,25	15.577.724,25	3.629.988,51	23,30
A4 75% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS	12.461.880,75	12.461.880,75	2.728.975,78	21,90
A5 SIMPLES	411.646.722,00	411.646.722,00	62.172.584,01	15,10
A6 Dívida Ativa - Simples	3.220.272,00	3.220.272,00	348.563,44	10,82
A7 Multas/Juros/Correção Monetária - SIMPLES	0,00	0,00	0,00	0,00
A8 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do SIMPLES	1.116.421,00	1.116.421,00	160.628,03	14,39
A9 50% do IPVA	462.243.810,50	462.243.810,50	203.560.730,20	44,04
A10 50% da Dívida Ativa - IPVA	29.057.270,00	29.057.270,00	3.217.733,52	11,07
A11 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.964.506,50	9.964.506,50	1.584.400,76	15,90
A12 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do IPVA	8.136.794,00	8.136.794,00	996.378,43	12,25
A13 ITCD	107.499.206,00	107.499.206,00	13.918.752,93	12,95
A14 Dívida Ativa - ITCD	4.306.142,00	4.306.142,00	629.318,68	14,61
A15 Multas/Juros/Correção Monetária -ITCD	2.711.846,00	2.711.846,00	662.272,46	24,42
A16 Multas/Juros/Correção Monetária -Div. Ativa do ITCD	1.360.022,00	1.360.022,00	225.939,97	16,61
A17 Imp. S/ Renda e Prov. de Qualquer Natureza	3.276.646.955,00	3.276.646.955,00	388.589.579,83	11,86
A18 Quota-parte FPE	575.917.177,00	575.917.177,00	114.554.772,41	19,89
A19 75% Quota-parte IPI-Exportação	5.973.017,25	5.973.017,25	1.016.624,03	17,02
A20 75% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	12.960.948,00	12.960.948,00	1.973.765,63	15,23
II Receita : Base de cálculo Municipal - B.M	5.687.578.899,75	5.687.578.899,75	914.797.526,61	16,08
B1 25% do ICMS	2.041.719.552,00	2.041.719.552,00	310.519.252,99	15,21
B2 25% da Dívida Ativa - ICMS	19.109.274,00	19.109.274,00	2.964.341,69	15,51
B3 25% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	5.192.574,75	5.192.574,75	1.209.996,17	23,30
B4 25% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ICMS	4.153.960,25	4.153.960,25	909.658,59	21,90
B5 50% do IPVA	462.243.810,50	462.243.810,50	203.560.730,20	44,04
B6 50% da Dívida Ativa - IPVA	29.057.270,00	29.057.270,00	3.217.733,52	11,07
B7 50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.964.506,50	9.964.506,50	1.584.400,76	15,90
B8 50% de Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPVA	8.136.794,00	8.136.794,00	996.378,43	12,25
B9 IPTU	807.174.063,00	807.174.063,00	19.521.595,16	2,42
B10 Dívida Ativa - IPTU	82.638.181,00	82.638.181,00	9.324.734,19	11,28
B11 Multas/Juros/Correção Monetária -IPTU	4.377.619,00	4.377.619,00	2.154.034,11	49,21
B12 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do IPTU	22.635.321,00	22.635.321,00	2.843.412,04	12,56
B13 ISS	1.593.575.573,00	1.593.575.573,00	269.619.962,40	16,92
B14 Dívida Ativa - ISS	37.813.643,00	37.813.643,00	5.310.458,82	14,04
B15 Multas/Juros/Correção Monetária - ISS	7.258.682,00	7.258.682,00	1.895.512,42	26,11
B16 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ISS	9.320.624,00	9.320.624,00	1.756.324,07	18,84
B17 ITBI	375.884.946,00	375.884.946,00	45.912.632,58	12,21
B18 Dívida Ativa - ITBI	233.199,00	233.199,00	24.455,42	10,49
B19 Multas/Juros/Correção Monetária -ITBI	161.961,00	161.961,00	53.051,48	32,76
B20 Multas/Juros/Correção Monetária - Div. Ativa do ITBI	87.330,00	87.330,00	11.010,29	12,61
B21 Quota-parte ITR	1.175.720,00	1.175.720,00	80.871,20	6,88
B22 Quota-parte FPM	159.352.974,00	159.352.974,00	30.330.183,55	19,03
B23 25% Quota-parte IPI-Exportação	1.991.005,75	1.991.005,75	338.874,68	17,02
B24 25% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	4.320.316,00	4.320.316,00	657.921,88	15,23
III Recursos Mínimos a aplicar (12% da Base Estadual + 15% da Base Municipal)	2.187.931.298,03	2.187.931.298,03	346.070.244,10	15,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012017033000029

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

32

DESPESAS (POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100
A FUNÇÃO 10 : SAÚDE	2.464.753.374,00	2.500.937.004,00	454.325.126,10	18,17	338.726.352,66	13,54
SUBFUNÇÕES :						
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.536.410.662,00	1.536.410.662,00	394.986.604,58	25,71	323.249.908,56	21,04
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.841.000,00	32.841.000,00	329.631,57	1,00	70.098,33	0,21
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-
ATENÇÃO BÁSICA	20.300.823,00	20.300.823,00	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	403.410.975,00	439.594.605,00	22.982.662,28	5,23	10.000.000,00	2,27
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	228.773.880,00	228.773.880,00	14.213.397,41	6,21	68.539,63	0,03
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	141.000,00	141.000,00	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	166.670.034,00	166.670.034,00	16.474.329,24	9,88	-	-
ENSINO SUPERIOR	76.005.000,00	76.005.000,00	5.338.501,02	7,02	5.337.806,14	7,02
B FUNÇÃO 28 : ENCARGOS ESPECIAIS	8.228.127,00	8.228.127,00	25.087,60	0,30	25.087,60	0,30
SUBFUNÇÕES :						
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.228.127,00	8.228.127,00	25.087,60	0,30	25.087,60	0,30
C EXCLUSÕES :						
Aplicações Na Função 28 (Encargos Especiais) Em Gastos Que NÃO Se Referem a Custeio De Pessoal Em Atividade De Saúde	-	-	-	-	-	-
SUBFUNÇÕES :						
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-	-	-	-
FEPECS (Decisão do TCDF 4244/2011)	-	-	-	-	-	-
SUBFUNÇÕES :						
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	-	-
ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
D OUTRAS EXCLUSÕES :						
Despesas Com Contratos De Gestão Que Não Se Enquadram Como ASPs *	-	-	17.481.901,08	-	17.481.901,08	-
Saldo Financeiro Referente ao Movimento de 2016 No Âmbito Do PDPAS **	-	-	19.000.000,00	-	19.000.000,00	-
	-	-	-1.518.098,92	-	-1.518.098,92	-
IV APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE = (A+B-C-D)	2.472.981.501,00	2.509.165.131,00	436.868.312,62	17,41	321.269.539,18	12,80
V SUPERÁVIT / DÉFICIT (IV - III)	285.050.202,97	321.233.832,97	90.798.068,52	28,27	-24.800.704,92	-7,72

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Coordenação de Informações Fiscais / Subsecretaria de Contabilidade / SEF

FONTES DE RECURSOS DE FINAL : 00, 01, 02, 05 e 09

Nota 1: De acordo com as Decisões nº 4620/2002; nº 6608/2010 e nº 1123/2013 do Tribunal de Contas do DF.

* Conta Contábil: 113110900

** Conta Contábil : 113111002